



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

MULHERES NEGRAS E O SERVIÇO SOCIAL

DAIANA CRISTINA DO NASCIMENTO ¹

RESUMO

O artigo trata-se do projeto de doutorado desta Assistente Social cuja motivação e inquietações foram suscitados a partir da realidade do trabalho profissional e das lutas engendradas enquanto mulher negra. O objetivo da pesquisa em andamento é analisar a trajetória sócio-histórica da inserção e permanência de mulheres negras docentes no curso de Serviço Social, bem como a contribuição das mesmas para o debate étnico-racial e a luta antirracista no processo de formação profissional da categoria, no entanto, o presente artigo abarcará um recorte desta pesquisa, englobando as mulheres negras e as interlocuções com Serviço Social. As famílias negras majoritariamente encontram-se alocadas longe dos aglomerados urbanos à mercê das inúmeras violações de direitos, sejam nas penitenciárias, nos trabalhos informais, nos noticiários, que são bombardeados pela associação do negro aos crimes e outros ilícitos, isso quando sobrevivem. Onde estão as protagonistas negras brasileiras? Ao retomar as historiografias oficiais, observamos um tom tendencioso que naturaliza as violências e busca silenciar, velar, apagar a participação das mulheres negras no desenvolvimento do território brasileiro. Assim como camuflar o protagonismo dos enfretamentos das resistências cotidianas, prevalecendo apenas a narrativa histórica da branquitude. É possível visualizar o trabalho da mulher negra para além das determinações racistas do Brasil? Com a pesquisa apresentada espera-se conhecer a dinâmica institucional, a composição do corpo docente, identificar as mulheres docentes negras propiciando a visibilidade acadêmica as expressões e histórias de sobrevivência das mesmas, além de conhecer as ações utilizadas para o fortalecimento do debate étnico-racial e a luta contra o racismo no âmbito da formação profissional.

¹ Estudante de Pós-Graduação. A Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

Palavras-chave: Mulheres negras. Racismo. Serviço Social.

ABSTRACT

The article is about the doctoral project of this Social Worker whose motivation and concerns were raised from the reality of professional work and the struggles engendered as a black woman. The objective of the ongoing research is to analyze the socio-historical trajectory of the insertion and permanence of black women teachers in the Social Work course, as well as their contribution to the ethnic-racial debate and the anti-racist struggle in the process of professional training of the category, however, this article will cover a part of this research, encompassing black women and the interlocutions with Social Work. Black families are mostly located far from urban agglomerations at the mercy of numerous violations of rights, whether in penitentiaries, in informal jobs, on the news, which are bombarded by the black association with crimes and other illicit acts, if they survive. Where are the black Brazilian protagonists? When resuming the official historiographies, we observe a tendentious tone that naturalizes violence and seeks to silence, veil, and erase the participation of black women in the development of Brazilian territory. As well as camouflaging the protagonism of the daily resistance confrontations, prevailing only the historical narrative of whiteness. Is it possible to visualize the work of black women beyond the racist determinations of Brazil? With the research presented, it is expected to know the institutional dynamics, the composition of the teaching staff, identify black women teachers providing academic visibility to their expressions and stories of survival, in addition to knowing the actions used to strengthen the ethnic-racial debate. and the fight against racism within the scope of professional training.

Key-words: Black women. Racism. Social Service.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa suscitar reflexões sobre a trajetória sócio-histórica das mulheres negras e as interlocuções com Serviço Social, trata-se do projeto de pesquisa de doutorado em andamento. Esse debate torna-se necessário para a categoria profissional, tendo em vista o comprometimento do projeto ético-político da profissão com uma nova ordem societária sem dominação de classe, gênero e etnia, tendo em vista que o racismo, o sexismo, a heteronormatividade são opressões fundamentais para a reprodução e exploração capitalista.

Ainda que as mulheres negras realizem grandes feitos, articulações nacionais e internacionais, se organizam enquanto movimento social na luta travada pelos

direitos sociais, culturalmente são silenciadas e invisibilizadas pelas políticas públicas e produções acadêmicas. O Serviço Social nesse bojo, apesar dos avanços significativos, ainda há um longo caminho a trilhar, tendo em vista o número ínfimo de pesquisas, formulações conceituais, produção do conhecimento, na medida em que o engajamento teórico e político das pautas raciais fica a cargo das militantes e profissionais negras (LIRA, 2019).

O modo escravista de produção foi extinto não pela tomada de consciência das atrocidades vividas por uma raça, ou pela bondade da Princesa Isabel em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, mas pela necessidade do desenvolvimento do capitalismo, pelas discussões acerca do trabalho livre vs trabalho escravo, a instância das relações de contrato associadas ao trabalho livre. Em outras palavras, a escravidão já não era adequada e rentável para nos interesses do mercado (FERNANDES, 1976).

A cultura arraigada e associada à figura do negro como desprovido de intelecto e apenas portador de força braçal ou atrelado às violências ainda sobrevive em um país que a todo momento persiste em negar sua história e suas raízes de miscigenação, priorizando os valores burgueses e elitistas que apertam o gatilho a cada segundo. Sob a percepção de “a carne negra é a mais barata no mercado”², pergunta-se: a escravidão foi abolida de fato?

Em um território onde as mulheres negras já iniciaram suas travessias marcadas pelas múltiplas faces da violência – seja pelo sexo, pelo estupro –, elas experimentavam a igualdade com os homens nas surras, na força, na produção, nas chibatadas e na morte. Como afirma Lélia Gonzalez (2018), “o cruzamento das raças” foi suscitado a partir da violência e do estupro dos portugueses contra as mulheres do período colonial, mas reverbera na contemporaneidade com a hiperssexualização dos corpos, principalmente o das mulheres negras.

Para as mulheres negras escravizadas, a maternidade se consolidava como uma estratégia contra a fome e a miséria. Nesse contexto, as mulheres eram acometidas a múltiplas faces da violência, seja pelo sexo, pelo estupro, experimentando a igualdade com os homens, nas surras, na força, na produção, nas

²Trecho retirado da música, a carne de Elza Soares. “A carne”, de autoria de Seu Jorge, Marcelo Fontes do Nascimento e Ulisses Capelleti.

chibatadas e na morte (DAVIS, 2016).

Persiste a hierarquização do patriarcado-racismo-capitalismo: primeiro o homem branco, posteriormente a mulher branca, o homem negro e a mulher negra. As famílias negras majoritariamente encontram-se alocadas longe dos aglomerados urbanos à mercê das inúmeras violações de direitos, sejam nas penitenciárias, nos trabalhos informais, nos noticiários, que são bombardeados pela associação do negro aos crimes e outros ilícitos – isso quando sobrevivem.

2. DESENVOLVIMENTO

1. Ser mulher negro (a) no Brasil: alguns apontamentos.

As grandes contribuições do povo negro para o patrimônio cultural do Brasil com a inserção do samba, dos terreiros, da feijoada no campo sociocultural brasileiro não são reconhecidas ainda prevalece a tecnologia da morte em modo ativo: o corpo negro é um corpo que pode sumir (o assassinato de João Pedro e Amarildo, ambos ocorrido na cidade de Rio de Janeiro); a sofisticação da escravidão; o ser social transformado em mercadoria; a raça negra está disponível para a morte (a tragédia ocorrida com o menino Miguel, de apenas 5 anos em Recife, PE).

No caso das mulheres negras, estas foram programas nessa máquina de mortes, para não pensar, para ter valor de uso apenas como conotação sexual. Ainda neste cenário é possível distinguir a prevalência da cultura do silenciamento das mulheres negras que lutam, tome-se como exemplo o assassinato brutal da Marielle Franco, vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), e do motorista Anderson Gomes. É preciso parar esse sistema de reprodução da morte; quando uma mulher negra produz um livro é um ato político.

O projeto de genocídio da população negra permanece intacto. A senzala ainda é viva, concreta, jorra sangue. Mudaram-se os tempos, mas a cultura e a identidade continuam latentes: “Nos últimos séculos, todas as formas de alteridade violenta foram inscritas, por bem ou por mal, no discurso da diferença, que implica simultaneamente a inclusão e exclusão, o reconhecimento e a discriminação”

(BAUDRILLARD, 1990, p. 135).

Como afirma Fernandes (2008):

A sociedade largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 2008, p. 35).

De acordo com o levantamento do Mapa da Violência: Homicídio de mulheres no Brasil, em 2015, uma média de 385 mulheres foram assassinadas por dia. A porcentagem de homicídio de mulheres cresceu 7,5% entre 2005 e 2015, em todo o país. O Brasil ocupa a quinta posição em número de feminicídios num *ranking* de 83 países.

O levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação aos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de março de 2004 revela a discrepância da situação dos brancos e dos pretos ou pardos em relação ao mercado de trabalho e demonstra a desigualdade salarial entre homens e mulheres numa das cidades das regiões metropolitanas consideradas na pesquisa, sendo a maior diferença de rendimentos detectada em Salvador, onde mais de 80% dos trabalhadores são pretos ou pardos.

Nessa região, os brancos recebiam R\$ 9,69/hora e os pretos ou pardos, R\$ 3,39/hora. Os homens brancos recebiam mais (R\$ 7,16/hora) do que os pardos (R\$ 3,45/hora), e estes, por sua vez, recebiam menos do que as mulheres brancas (R\$ 5,69/hora). As mulheres pardas ou pretas apresentaram o menor rendimento/hora (R\$ 2,78/hora). Os séculos de trabalho escravizado produziram “todo um universo de valores, modo de ser, pensar e agir” (IANNI, 2004, p. 57-58).

2. Resistir no coletivo: alguns apontamentos sobre o feminismo negro

Ao nos referirmos ao movimento feminista, ainda predomina a alusão de homogeneidade entre as mulheres na reivindicação de demandas semelhantes. Em qual movimento encontra-se as mulheres negras? No movimento feminista tradicional suas reivindicações são legitimadas? Entre as distintas demandas como

pensar em uma pauta coletiva que alcance as reais necessidades das mulheres negras, que estão na linha de frente das distintas violências?

Cabe evidenciar que para as mulheres brancas heterossexuais pudessem sair dos seus ambientes domésticos quem precisou ocupar o espaço de cuidado da casa e das crianças? As mulheres negras. E, será que o movimento feminista tem conseguido chegar na base, escutar essas mulheres, legitimar suas demandas e transpor para o coletivo. E se as mulheres negras não estiverem no movimento feminista? Suas pautas estão sendo contempladas no movimento negro? Como está sendo do movimento negro, um espaço que as mulheres estão tendo voz, ou no interior dos movimentos ainda prevalece a hierarquização patriarcal?

O movimento feminista enquanto “movimento social é uma ação coletiva de caráter contestador, ao nível das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” (AMMANN, 1991, p. 127). Possui como elemento constitutivo o protesto, a contestação, no qual são configurados por relações coletivas organizadas que lutam pela transformação da ordem estabelecida. “Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2004, p. 13).

De acordo Gasparetto Junior (2013), o movimento feminista iniciou-se em 1848 na convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque, sendo impulsionado pelas revoluções ocorridas anteriormente. Entre elas, a Revolução Francesa é considerada o berço do feminismo, porque seu ideário de igualdade, liberdade e fraternidade sensibilizou e estimulou a mobilização das mulheres na busca por seu reconhecimento como cidadãs, questões essas narradas pela história tradicional. O feminismo no Brasil ganhou força na década de 1960, consolidando-se como movimento na década de 70, paralelo às instâncias internacionais em que fora instituído Ano Internacional da Mulher em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em um contexto em que os movimentos sociais e feministas foram criminalizados na ditadura, trazendo de certa maneira uma segurança e proteção para as ativistas.

Em meados dos anos 70 as mulheres negras ainda reverberando os

movimentos sociais abolicionistas do século XIX, “reivindicaram as diferenças, identificando as aproximações com outras opressões, forjando estratégias políticas que transformem este quadro num ponto de partida de um diálogo contínuo” (KARAKOLA, 2004, p.17).

Dentre as pioneiras do feminismo negro merece destaque Sojourner Truth (1797-1883), mulher negra, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres, que proferiu um impactante discurso “Não sou eu uma mulher” na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, nos Estados Unidos no dia 29 de maio de 1851.

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos capacidade de encontrar um companheiro no mercado matrimonial (SILVA, 1999, p.34).

O olhar do colonizador branco (a) e do homem negro, impõe a mulher negra uma concepção depreciativa de sua existência, sendo assim, o feminismo negro nasce do entroncamento entre os movimentos sufragista e abolicionista, as mulheres negras vivenciaram a experiência combinada do racismo e do sexismo. O feminismo “pressupõe uma consciência de gênero feminina, projetadas e reelaboradas a partir das diversas vivências, pautadas na desigualdade experimentadas por diferentes mulheres, em diferentes contextos temporais e num processo coletivo” (COSTA; SARDENBERG, 1994, p.83).

O feminismo negro aglutina ainda mais uma toma de consciência: de ser um corpo negro, construído culturalmente dentro de uma sociedade de herança colonial escravocrata e patriarcal, como signos inscritos e definidos pelo colonizador que permitiu que a mulher negra ser o que lhe convinha. Deste modo, o processo de (re) conhecimento enquanto negra é doloroso, pois toda e a estrutura socioeconômica foi construída seguindo os padrões da branquitude, pondo a negritude no real lócus da marginalidade, porém, é necessário visto que, ao abrir as feridas sócio históricas e psicológicas, temos a possibilidade de mudança no quadro social onde somos integrantes, passando a posição de protagonistas (SILVA, 2019, p, 25).

Lélia Gonzáles (1982) suscitou duas críticas fundamentais ao feminismo brasileiro

no que se refere a identificação e o engajamento de mulheres negras no movimento feminista, o viés eurocentrado que omite o debate sobre raça e a construção de um sujeito mulher universal que reforçam o mito da democracia racial, tendo em vista que as mulheres no Brasil não possuem as mesmas condições objetivas.

Um das principais forças percussoras desta diversidade na pauta do debate foi proposto pelo movimento negro, com destaque às categorias de classe, raça, visto que dentro do movimento feminista da igualdade, a não contemplação destas questões na agenda de lutas, por meio da homogeneização da categoria mulher, apaga as dimensões de classe e raça, além de colocar ao campo do esquecimento toda a história de resistência do povo negro, do protagonismo da mulher, relegando a uma memória cultural e ancestral. Importante ressaltar que dentro do movimento negro, as mulheres também enfrentam obstáculos, haja visto o não reconhecimento da necessidade de discussões de gênero, universalizando a categoria do negro. Contudo, é impossível dissociar os esforços das organizações das mulheres da luta geral da emancipação do povo negro e outros movimentos sociais que buscam a construção de outra sociedade, baseada na igualdade de valores, respeito, solidariedade e justiça social (SILVA, 2019, p.27).

O movimento feminista torna-se necessário e fundamental para que estruturas opressoras, violentas e dicotomizadas sejam questionadas e transformadas. As discussões críticas reflexivas, os projetos, os serviços pensados precisam alcançar a base: as mulheres que vivem do trabalho e por distintos motivos não estão ocupando os espaços que possibilitam de uma maneira coletiva a escuta de suas reivindicações.

Com o golpe de 1964, os militares tomaram o poder, estabelecendo uma perspectiva repressiva e autoritária, com intensas perseguições a todos as expressões contrárias à ordem estabelecida. Nesse período, sucedeu a regressão aos direitos e à liberdade representativa. No entanto, o movimento feminista ganhou força e a partir do final dos anos de 1970; observa-se a aproximação do movimento feminista com o movimento operário, materializando a pluralidade dos movimentos sociais e tendo como intuito a transformação da ordem societária.

Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país. São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações (CARNEIRO, 2003, p.118).

Luzia Barros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Jurema Werneck, Nilza Iraci, Matilde Ribeiro que colaboraram diretamente com ações políticas objetivando a visibilidade das demandas das mulheres negras entre 1980 e 1980. As iconografias e os livros de história não contam, mas mulheres brasileiras negras, indígenas, anônimas, camponesas foram resistência participaram dos distintos movimentos sociais, a Insurreição Pernambucana (1645), a expulsão dos Holandeses (1654), a revolta dos Bárbaros do Nordeste (1650-1720), a Inconfidência Mineira (1789), a Inconfidência Baiana (1798), a Balaiada (1838-1841), a Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824), a Revolta dos Malês (1835), a Sabinada (1837-1838), a Farroupilha (1835-1845), entre outros.

Foram realizados vários encontros, conferências, com vistas a buscarem um alinhamento coletivo. Em 1987 em Garanhuns em Pernambuco o IX Encontro Nacional Feminista em que as mulheres negras questionaram a ideia universal de mulher e se retiraram do evento, pois não se sentiam contempladas pela monolítica de aspiração, ocorrendo a cisão entre feministas e mulheres negras. Em 1988 em Valença, Rio de Janeiro foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1995 na China a V Conferência Mundial Sobre as Mulheres, a III Conferência Mundial Sobre o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas conexas de Intolerância (África do Sul) em 2001.

O X Encontro Feminista em Bertioga, São Paulo em 1989, o XI Encontro Nacional Feminista em 1991 em Caldas Novas, Goiás. O II Encontro de Mulheres Negras em 1991, Salvador, Bahia, a Marcha do Zumbi dos Palmares em 1995 em Brasília, Distrito Federal, entre outros espaços de construção e participação foram ocupados por mulheres aguerridas.

O cenário de redemocratização foi marcado pelos diversos questionamentos internos no movimento feminista, havendo uma ruptura na composição de mulheres de classes médias, predominantemente brancas, pois as mulheres negras começaram a se destacar no movimento e buscarem seus espaços de fala e reivindicações diante das distintas condições sociais.

3. Mulheres negras e o Serviço Social

Após o iníquo período da vigência da ditadura militar, sob influência das lutas políticas democráticas engendradas na América Latina, o Serviço Social engloba o referencial teórico metodológico marxista como norteador na construção do Projeto Ético Político Profissional.

O Serviço Social acompanhou o viés da herança colonial dominante, reproduzindo o racismo, silenciando, invisibilizados, na gênese da profissão que não se falava ou nomeava a população negra. Portanto, “não é um silêncio mnemônico, mas um silêncio (...) que eloquentemente tem algo a nos dizer sobre a constituição do Serviço Social no Brasil” (MOREIRA, 2019, p.89).

Marcia Eurico (2013, p.306) ratifica “pela própria história da profissão e o conservadorismo que marca sua gênese, o debate sobre a questão racial não encontrou terreno fértil para ser incorporado pelo Serviço Social até a década de 1980”. A alteração do “olhar” e da prioridade do Serviço Social frente às questões étnico-raciais vêm se modificando a partir da luta de Assistentes Sociais negras nos distintos espaços ocupacionais. Essa transfiguração iniciou com a inserção de mulheres negras nos movimentos sociais. Como pontua a Assistente Social docente Magali de Almeida.

Os Movimentos Negros (MN) se organizam nacionalmente com intuito de desmascarar a falácia da “democracia racial”, reforçando seu caráter de mito, e denunciam de forma organizada o racismo antinegro perpetrado pelo Estado e suas instituições. E nós – aqui coloco-me como militante do MN- nos engajamos na construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição. Quando o MN assume essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidenta. Lembro-me que coloquei em pauta na reunião do conselho pelo do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja a luta contra o racismo e suas mazelas (ALMEIDA, 2013, p.231).

Tem mulheres negras no interior da categoria lutando para que os debate étnico-racial e a luta contra o racismo sejam incorporados, assim como pontua a professora Magali de Almeida no 6º Congresso Brasileiro de Assistentes (CBAS), que ocorreu em 1989. Faz-se necessário propiciar visibilidade acadêmica as

expressões e histórias de sobrevivência das mulheres negras docentes do curso de Serviço Social diante da estrutura conservadora, racista, homofóbica e sexista brasileira.

Um avanço da categoria no que tange a luta contra o racismo, foi a Campanha da Gestão (2017-2020) do Conjunto CFESS-CRESS, Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, como explicita Vitorio (2019):

A demarcação dos temas do debate racial na agenda política do CFESS dinamizou e foi dinamizada pela luta política dos movimentos negros e de mulheres negras, pela produção acadêmica sobre a temática racial e o crescente ingresso de estudantes negras nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social. No percurso realizado, constatou-se que o debate racial adentrou a agenda política da categoria profissional e paulatinamente vem ampliando o espaço e significado na construção do projeto ético político profissional, alicerçado na contemporaneidade, na análise do racismo estrutural e seus desdobramentos no âmbito institucional. [...] No caminho a ser trilhado, coloca-se a necessidade de aprofundar a análise do racismo com os fundamentos da profissão e as categorias centrais da tradição marxista para revigorar as alianças entre a luta antirracista e anticapitalista no seio profissional (VITORIO, 2019, p. 154).

Cabe evidenciar que, no movimento negro, existem divergências ideológicas no que tange a construção teórica marxista, no qual defendem não possuir subsídios para a total compreensão da realidade da população negra. Nessa perspectiva, pontua Moreira (2019):

A teoria não pode ser vista como um dogma e tampouco ser tratada como uma simples transposição mecânica ou uma adaptação da realidade estudada por Marx e Engels na Europa para a nossa realidade brasileira. Mas, com base nessa construção, é necessário e possível criarmos as mediações para apreensão da dinâmica capitalista em nosso país e sua relação sistemática com o racismo (MOREIRA, 2019, p.56).

Com seus estudos sobre a crítica à economia política, o marxismo nos traz subsídios para compreensão do modo de produção capitalista, posto que não é possível a total libertação dos corpos negros nos marcos do referido sistema. Pelo viés do projeto colonial brasileiro dominante, os negros e pobres ocuparem os espaços de baixa ascensão e mais precarizados é uma necessidade do capitalismo, que depende do racismo para seu processo de acumulação e naturalização da desigualdade. Sendo assim, a luta antirracista, não pode ser dissociada da luta anticapitalista, pois o fundamento do racismo na sociedade brasileira tem como raiz

o capitalismo.

Contudo, o grande desafio da esquerda marxista no Brasil é o reconhecimento e a legitimação das bandeiras de luta contra o machismo, racismo, LGBTfobia, que não podem estar dissociadas da luta de classes, assim como aponta Moreira (2019) em seus estudos. Diante de tais apontamentos, reitera-se que o método dialético e a base teórica (materialismo histórico-dialético) possuem subsídios para o aprofundamento do debate acerca das complexidades que envolvem as questões étnico-raciais e a luta contra o racismo na formação profissional dos Assistentes Sociais brasileiros, perpassando as discussões de classe, gênero e raça.

Ao introduzir o gênero na questão racial brasileira, complexifica as distintas violências sobre os corpos das mulheres negras com a junção das opressões do machismo, exploração das classes sociais, racismo. E o Estado nada se empenhou para dar respostas as desigualdades geradas pelas opressões, tendo em vista que as mesmas mantem a reprodução do capital. Diante disso, como pontua Almeida (2018, p.44) “em um mundo em que raça define a vida e a morte, não tomá-la como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e a resolução das grandes mazelas do mundo”.

Como afirma Elisabete Pinto (2003), o Serviço Social com sua atuação voltada para a transformação social se encontra inserida em uma estrutura racista, ou seja, não tem justificativa para a neutralidade dos profissionais frente questão étnico-racial. Faz-se necessário a apropriação das categorias raça e etnia “para as análises e reflexões nas ciências sociais é fundamental, sobretudo, no Serviço Social, que atua no âmbito das expressões da questão social, atingem prioritariamente, na realidade brasileira, as populações negras e indígenas” (ABEPSS, 2018, p.15).

3. CONCLUSÃO

A mulher traz em seu corpo marcas desta construção histórica opressora. A libertação apenas será possível com a transformação social quando a concentração

de renda não estiver em poucas mãos e as estruturas culturais enrijecidas forem questionadas e destruídas, após o surgimento de uma nova forma de sociabilidade.

Em tempos de retrocessos constantes e avanços do neoconservadorismo, mais do que nunca é preciso fortalecer e se recompor enquanto classe engajada politicamente, máximas proferidas pelo senso comum é a igualdade, pois o feminismo negro reivindica a partir da diferença, da identidade da mulher, desvinculada da referência masculina, considerando as diferenças de classe, gênero e raça.

Cabe evidenciar que não é possível a total libertação dos corpos negros nos marcos do referido sistema. Pelo viés do projeto colonial brasileiro dominante, as mulheres negras e pobres ocuparem os espaços de baixa ascensão e mais precarizados é uma necessidade do capitalismo, que depende racismo para seu processo de acumulação e naturalização da desigualdade. Sendo assim, a luta antirracista, não pode ser dissociada da luta anticapitalista, pois o fundamento do racismo na sociedade brasileira tem como raiz o capitalismo.

São tempos difíceis para aqueles que acreditam em uma nova forma de sociabilidade com valores emancipatórios, livre de qualquer opressão, exploração, discriminação de classe, raça e patriarcal, diante do exposto, faz-se necessário a descolonização do conhecimento, dos currículos, a ruptura com a colonização epistêmica branquitude como a detentora do saber, conhecer o que as mulheres negras estão falando, produzindo, quais são suas reivindicações, as complexidades das expressões da questão social, racial, cultural experienciadas, que suas vozes ecoem mais alto, “chegou a vez de ouvir as Marias, Mhins, Marielles, malês”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Letramento. 2018.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnicoracial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n.133, São Paulo, 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração no negro e a sociedade classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In **Sociologia Crítica e Militante**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

FREITAS, Tais Pereira. **Tintas pretas e papéis brancos: educadoras negras e emancipação**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2015.

GONH, M. G.M. **Movimentos Sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015**.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil**. Brasília, DF, 5. jun. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253. Acesso em: 12 abril. 2022.

LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de mulheres negras e o Serviço Social**. Dissertação (Mestrado – Pós Graduação em Serviço social e Políticas Sociais) -

Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e a luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate do racismo.** 2019.180 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

1. ROCHA, Solange. Mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista: trabalho, contradições e luta por liberdade. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós- emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012.

2.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com os usuários negros.** São Paulo: Terceira Margem, 2003.

3. SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

4. SILVA, Roberta Ribeiro da. **Mulheres negras, produção e interseccionalidade.** 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduados em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019

5. SOUZA, Jessé. **Corrupção política é 'gota no oceano'.** Folha de São Paulo, São

Paulo, 22.dez.2017. Disponível em: < <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso em: 10. nov. 2020.

VITORIO, Kajali Lima. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).** Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais). Santos: UNIFESP-BS, 2019.